



HAGA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

COMPANHIA ABERTA

CNPJ 30.540.991/0001-66

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA AGO

Os Administradores da Haga S.A. Indústria e Comércio, nos termos da legislação societária e normas da CVM vigentes, submetem à apreciação de seus Acionistas a Proposta da Administração sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 30 de abril de 2020, nos termos a seguir:

I) AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, EXAMINAR, DISCUTIR E VOTAR AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA E O RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVO AO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração da Companhia foram aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia e auditados pelos Auditores Independentes - **LMPG** Auditores Independentes - submetidos previamente à manifestação do Conselho de Administração em reunião realizada em 18 de março de 2020, tendo sido, portanto, considerados em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia.

O Conselho de Administração recomenda aos Acionistas da Companhia que examinem estes documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e, caso necessário, solicitem previamente esclarecimentos sobre eventuais dúvidas, a fim de deliberarem sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras e do Relatório de Administração.

Apresentamos como **ANEXO I** da presente proposta, os comentários dos administradores acerca da situação financeira da Companhia.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia correspondem ao item 10, do Anexo 24, da Instrução CVM 480/2009, conforme determina o Art. 9º, inciso III, da instrução CVM 481/2009.

II) DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2019, foi na ordem R\$ 2.504.245 (Dois milhões quinhentos e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais) contra R\$ 4.796.689 (Quatro milhões setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e nove reais) em 31/12/2018.

As informações referentes ao Resultado Líquido estão devidamente refletidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, as quais foram divulgadas nos termos da legislação vigente. Estão apresentadas no **ANEXO II** as informações requeridas pelo "Anexo 9-1-II", conforme Artigo 9º Paragrafo Único, incisos I e II da instrução CVM 481/2009.

III) REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA EXECUTIVA.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia a remuneração mensal global dos Administradores em até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), corrigida anualmente no mínimo pelo reajuste da categoria e acrescida, quando aplicável, do pagamento de despesas de INSS, FGTS, férias, 13º e participação nos resultados.

As informações requeridas no Art. 12 da Instrução CVM 481/2009, item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM 480/2009, estão disponíveis no **ANEXO III** da presente proposta.

IV) BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA.

Conforme previsto no artigo 21-A e seguintes da instrução CVM 481/2009, os acionistas da Companhia poderão encaminhar suas instruções de voto em relação às matérias objeto da Assembleia, mediante o preenchimento e envio do Boletim de Voto a Distância (BVD).

Nova Friburgo, 18 de março de 2020.

José Luiz Abicalil
Diretor de Relações com Investidores

ANEXO I

ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

As demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Haga S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o resultado de suas operações, as mutações do seu passivo a descoberto, os seus fluxos de caixa e seus valores adicionados nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2019, foi na ordem R\$ 2.504.245 (Dois milhões quinhentos e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais) contra R\$ 4.796.689 (Quatro milhões setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e nove reais) em 31/12/2018), resultante do reconhecimento proporcional da repactuação do passivo junto ao credor Banco do Brasil S.A. Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2018.

CONSOLIDADO	2019	2018	2017
Receita Líquida em R\$	23.551.592	22.911.397	24.410.448
Lucro líquido em R\$	2.504.245	4.796.689	-1.405.676
Margem Líquida	10,63%	20,94%	-5,76%
Custo do Produto Vendido	18.421.221	18.537.739	17.178.673
CPV / Receita Líquida	78,22%	80,91%	70,37%

O nível de atividade da Companhia continua sendo refletido pelos indicadores do desempenho industrial na Economia Brasileira, em especial, a contínua retração da indústria da construção civil, ocorrida de forma intensa desde o último trimestre de 2014.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2019, uma redução do Ativo Circulante Consolidado de R\$ 47.308.241 em 2018 para R\$ 45.240.902 em 2019 e no Passivo Circulante Consolidado, de R\$ 24.553.530 em 2018, para R\$ 23.394.212 em 2019, situação que sinaliza uma evolução nos indicadores da Companhia. O índice de liquidez corrente, que foi 1,86 no ano de 2017, 2,02 em 2018 e alcançando 1,94 em 2019, aponta uma gestão assertiva para as questões de curto prazo, em especial ao passivo circulante e contingências ocasionais, apesar das dificuldades presentes no segmento industrial da economia brasileira.

O patrimônio líquido Negativo, derivado de prejuízos acumulados em exercícios anteriores a 2008, volta a apresentar regressão, de (-) R\$ 78.010.755 em 31 de dezembro de 2018, para (-) R\$ 75.506.510 em 31 de dezembro de 2019, tendendo ser revertido em longo prazo, pelo resultado da aplicação das seguintes medidas: 1 - Repactuação do passivo; 2 - Retenção de lucros.

Consolidado	2019	2018	2017
Capital de Giro	21.846.690	22.754.711	22.617.016
Índice de Liquidez Corrente	1,933	2,023	1,865
Caixa	35.479.485	34.568.675	38.511.308
Prejuízos Acumulados	(94.469.733)	(96.973.978)	(101.941.176)
Patrimônio Líquido	(75.506.510)	(78.010.755)	(82.977.953)

Apesar do Patrimônio Líquido Negativo em 31 de dezembro de 2019, indicar que pode haver necessidade de aporte de recursos financeiros para quitar obrigações de longo prazo, a Administração da Companhia, no curto prazo, não vê risco de descasamento do seu fluxo de caixa ou de descontinuidade das operações, em função das reservas financeiras acumuladas, dos lucros auferidos em exercícios anteriores, da equalização do passivo - principalmente das obrigações relacionadas às rubricas de Empréstimos e Financiamentos, mesmo com a incerteza que se estabelece em razão do Coronavírus "COVID-19" que trará aumento da volatilidade e taxas menores de crescimento Global e, no Brasil, acrescenta-se redução do índice de confiança do empresário em 0,5 pontos em fevereiro de 2020 : - relatório do Bank Off America Merrill Lynch, perspectiva de crescimento econômico do Brasil em 2020 de 2,2% para 1,9%.

O Custo do Produto Vendido de 78,22% sobre a Receita Líquida em 2019 contra 80,81% em 2018, reflete os esforços da administração da Companhia em fazer conter os aumentos de custos ocorridos nas matérias primas e nos outros gastos de fabricação, que resultaram na redução de seus impactos no CPV total; quanto ao custo da Mão de Obra, a pequena variação se deu por força de acordo coletivo da categoria, ainda em patamares elevados em relação a anos anteriores impactos pelo fim da desoneração previdenciária sobre a folha de salários; no custo da Energia Elétrica de distribuidora local, reajustada em até 40,17 % em Junho de 2019, de acordo com a modalidade hora sazonal contratada, também relevante, objeto da realização de um programa de redução de consumo com substituições de luminárias e de equipamentos de melhor eficiência energética.

CONSOLIDADO	2019	2018	2017
Custo do Produto Vendido	18.421.221	18.537.739	17.178.673
Receita Líquida em R\$	23.551.592	22.911.397	24.410.448
CPV / Receita Líquida	78,22%	80,91%	70,37%

O mercado de commodities metálicas, como Alumínio, Cobre, Níquel e principalmente do Zinco, insumos de uso intensivo em nossos produtos, apresentaram no ano de 2019 forte variação em suas cotações na London Metal Exchange - "LME", sensíveis aos movimentos da economia mundial, além da variação cambial.

As despesas com vendas se encontram adequadas ao nível da atividade e da estratégia adotada pela Companhia, R\$ 3.233.427, 13,73% da receita líquida em 2019, contra R\$ 3.022.883, 13,19% da receita líquida em 2018, assim como, igualmente analisadas sobre a receita líquida, as despesas Administrativas e Gerais de R\$ 3.918.305, 16,64% no ano de 2019, ambas situadas em patamares condizentes com o porte e com o nível de exigências legais e operacionais da Companhia - condição que não permite em curto prazo, redução significativa nos seus custos. Ainda cabe destacar, que a maior parcela dos custos da Companhia é de natureza variável, de difícil redução sem impacto na qualidade dos produtos. Entretanto, é parte da estratégia da Companhia a utilização de novos materiais, a manutenção da operação e o cumprimento das demais obrigações organizacionais, empresarial e tributárias

Grande parte dos bens adquiridos nos últimos 5 anos encontram-se desembaraçados e livres de quaisquer ônus, ao contrário daqueles outros anteriores, comprometidos em garantia de execuções fiscais.

	2019	2018	2017
Compras de Imobilizado	1.366.624	3.459.046	1.027.332

Merece destaque, mais uma vez, é real o risco potencial do aumento da carga tributária decorrente da majoração de alíquotas, alterações da MVA referente a Substituição Tributária no âmbito do ICMS, do incremento do ICMS para as operações de venda a não contribuintes para fora do Estado, tais como Construtoras - com impacto direto no fluxo de caixa da companhia dado especialmente ao recolhimento antecipado do DIFAL, assim como, a majoração do FECP - "Fundo Estadual de Combate a Pobreza", em 50% - passando de 2% para 3%, até 31 de dezembro de 2020, e agora, mais recentemente em 12 de dezembro de 2019, através da Lei 8.645/19 o Governo do Estado do Rio de Janeiro introduziu o "FOT" Fundo Orçamentário Temporário que estabelece o recolhimento de um percentual de 10% sobre os ganhos com benefícios fiscais estaduais, representando um substancial aumento de dispêndios mensais com o ICMS na subsidiária FULLMETAL, de 30 a 57%.

O maior passivo Tributário da Companhia, que concerne a Tributos Federais, deixados de recolher em períodos anteriores a administração da atual gestão, encontra-se parcelado nos termos da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - REFIS I, cujas parcelas apuradas com base em percentual do faturamento mensal, sem prazo definido na lei para liquidação, são cumpridas integralmente nas bases contratuais e legalmente estabelecidas.

Entretanto neste item, ante o grau de relevância e risco, a Administração da Companhia entende pertinente destacar sua especial atenção ao ordenamento jurídico pátrio, o qual, intrínseca e concomitantemente está atrelado ao parcelamento acima citado, assim como sua viabilidade jurídica e qualquer eventualidade que possa confrontar com a previsão legal ali estabelecida, tendo em vista o fenômeno da insegurança jurídica instalado no Brasil nos últimos anos.

Neste contexto a Diretoria da Companhia tem acompanhando e analisado, sistematicamente, alternativas à questão do Passivo Tributário Federal consubstanciado no parcelamento do REFIS I, situação que ainda carece de melhores alternativas legais e inclusive, judiciais, haja vista o grave risco de rompimento deste contrato de parcelamento, ou mesmo, acréscimo de desembolso de caixa da Haga em eventual revés das atuais bases contratuais - 1,2% do faturamento, sem prazo de vencimento/liquidação, observando, inclusive, a edição da MP 899/2019 e sua respectiva conversão em lei e regulamentação.

A dívida correspondente ao ICMS, inscrito em dívida ativa, teve seu parcelamento consolidado no mês de fevereiro de 2013, com base no convênio ICMS 86/97, em 96 parcelas, a qual está sendo regularmente amortizada nos respectivos vencimentos através de DARJ emitidos pelo sistema da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, ainda sujeito a eventual revisão.

Como já dito, a contínua e premente insegurança Jurídica é preocupação contínua da Administração da Companhia: as normas legais alteradas constantemente afetam diretamente os resultados e as políticas comerciais, eis que, por exemplo, tanto a Haga como sua subsidiária, têm suas operações contempladas com benefícios fiscais relativos ao ICMS, sujeitos a revisões com contínuas exigências e comprovações.

Pendente de regularização parte do remanescente de FGTS, de período anterior ao da atual gestão- out/89 a fev/94 - correspondente à eventual multa incidente sobre as verbas fundiárias pagas diretamente aos trabalhadores em sede de RCT- Rescisão de Contrato de Trabalho ou RT- Reclamatórias Trabalhistas- processo judicial em recursos de apelação para a correta apuração de valores; ação judicial interposta junto a Vara Federal ante a absoluta impossibilidade de entendimentos pela via administrativa com o órgão gestor - Caixa Econômica Federal.

Enquanto alguns débitos encontram-se pendentes de solução e de decisão judicial, utilizando exclusivamente recursos próprios, a Companhia continua amortizando e administrando dívidas contraídas em administrações anteriores.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

b. estrutura de capital

O capital é de R\$ 10.353.000,00 (Dez milhões e trezentos e cinquenta e três mil reais), totalmente integralizado e dividido em 11.900.000 (Onze milhões e novecentas mil) ações nominativas, das quais 3.966.667 (três milhões novecentas e sessenta e seis mil seiscentas e sessenta e sete) são ordinárias e 7.933.333 (sete milhões novecentas e trinta e três mil trezentas e trinta e três) são preferenciais, todas sem valor nominal.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossas maiores necessidades de recursos são para: (i) pagamento dos custos dos produtos vendidos; (ii) cumprimento do cronograma de pagamentos de parcelamentos tributários, de acordos judiciais e administrativos; (iii) pagamento dos impostos diretos e indiretos relacionados as nossas atividades operacionais tais como ICMS, PIS/ Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), IPI, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro.

A principal fonte de recursos é o caixa gerado por meio da atividade operacional.

Acreditamos que os recursos existentes e a geração de caixa operacional serão suficientes para as necessidades de liquidez dos compromissos financeiros e a administração do passivo circulante, sobretudo referente às rubricas de Empréstimos e Financiamentos para os próximos 12 meses.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente a Companhia só utiliza a sua própria geração de caixa como a única fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Acreditamos que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro para o corrente exercício.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, e, especial, em relação a limites de endividamento e contratação de

novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo com essas restrições.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2019	31.12.2018	
Bancos Privados	20.374.496	19.679.231	a
Banco do Brasil S/A	<u>18.119.934</u>	<u>24.213.727</u>	b
	38.494.430	43.892.958	
Parcelas de curto prazo	<u>(20.397.115)</u>	<u>(19.714.850)</u>	
	<u>18.097.315</u>	<u>24.178.108</u>	

a) empréstimos contratados com, Banco da Bahia e Banco Bandeirantes, vencidos em setembro e outubro de 1991, com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

b) Em 28 de dezembro de 2018 a Companhia e o credor exequente Banco do Brasil S.A. entabularam transação, pela qual ajustaram prorrogação pelo prazo de 60 (sessenta meses), retroativo a 31.10.2018, das parcelas vincendas representadas nas alíneas B e C da cláusula 3ª do aditivo ao acordo de 21.08.2009 assinado em 21 de Novembro de 2011, [nos autos da Execução nº. 00000763.1990.8.19.0037\(1990.037.016790-3\)](#), com última parcela a vencer em 13.11.2023. Todas as demais cláusulas e condições não alteradas pelo presente Aditivo permanecem vigentes, conforme Aditivo firmado em 21/11/2011, ficando ratificado o título e seus aditivos que deram origem a Ação de Execução não alterados ou modificados, em especial, o acordo celebrado em 12 de dezembro de 1996 e sua revisão de 25 de agosto de 2009 e de 21 de novembro de 2011. Tal evento, objeto de publicação de Fato Relevante em 28 de dezembro de 2018, impactou positivamente no resultado deste exercício em R\$ 6.056.288.

Não há operações de Empréstimos e financiamentos na controlada.

g. limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Atualmente a Companhia não dispõe de contratos de financiamentos.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alterações relevantes no conjunto das demonstrações financeiras.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial: i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita; ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Cenário Macroeconômico:

O nível de atividade da Companhia reflete os indicadores da Economia Brasileira e, em especial, o desempenho da indústria da construção civil.

É incerto uma retomada mais consistente e acentuada da atividade econômica em razão do Coronavírus - "COVID-19", que impactará no aumento da volatilidade e taxas menores de crescimento Global e consequentemente no Brasil: relatório do Bank Off America Merrill Lynch, perspectiva de crescimento econômico do Brasil em 2020 de 2,2 % para 1,9%,; acrescente-se ainda a redução do índice de confiança do empresário em 0,5 pontos apurado pelo ICEI - Índice de Confiança do Empresário Industrial, Ano 22 - Número 2- Fevereiro de 2020.

O Banco Central deverá continuar atuando na política monetária através da taxa de juros, tal política poderá afetar positivamente a expectativa de crescimento do PIB, cuja projeções para o ano de 2020 caiu de 2,30% para 2,17%, conforme relatório Focus - Banco Central do Brasil de 28 de Fevereiro de 2020, ou seja quanto maior a volatilidade do mercado maior erro nas projeções.

Os subsídios ao Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), destinados a favorecer a aquisição da casa própria por uma camada maior da população, continuarão sendo revistos em função das políticas governamentais e da tensão social por melhor acesso a moradia própria, ante ao grande déficit habitacional, na ordem de 06 (seis) milhões de moradias.

O custo da matéria prima segue pressionando o desempenho da indústria, acompanhado da elevada carga tributária e do seu complexo sistema de arrecadação, principalmente, em relação ao regime de substituição tributária e do ICMS estado destino, na operação de venda a consumidores finais ou equivalentes - no nosso caso, as "Construtoras" e, agora, através da Lei 8.645/19 em que o Governo do Estado do Rio de Janeiro introduziu o "FOT" Fundo Orçamentário Temporário que estabelece o recolhimento de um percentual de 10% sobre os ganhos com benefícios fiscais estaduais, representando um substancial aumento de dispêndios mensais com o ICMS na subsidiária FULLMETAL, de 30 a 57%.

Ainda é importante destacar o contínuo e crescente grau de informalidade existente no mercado da construção civil, situação já destacada e comprovada em relatórios anteriores, como também a concorrência desleal dos produtos de origem Chinesa, similares

aos Nacionais, os quais apesar da apreciação cambial carregam forte impacto negativo no Nível das atividades da Companhia, que ainda carrega um benefício fiscal em relação ao ICMS de apenas 4% nas operações internas interestaduais estabelecido pela resolução 13 do senado federal.

A Companhia manterá ainda a política de preços mais agressiva para os produtos comercializados, visando inibir perda maior na participação dos atuais clientes, como também na tentativa de atrair novos e atuar em outros segmentos de mercado.

Assim, sob tal cenário, a direção da Companhia mantém-se atenta à realidade presente, que, dentre os diversos fatores, atores e agentes envolvidos no seu negócio, sob a ótica de que “o Mercado de hoje, só visa preço”, a Companhia permanece buscando e desenvolvendo novas formas de venda e de promoção nos atuais pontos de vendas.

A cotação internacional na “Bolsa de Londres - LME” das commodities metálicas como o Zinco, Níquel e Cobre somado a majoração nos preços dos principais insumos, principalmente aço, e preços administrados pelo governo, continuarão provocando impacto no custo do produto vendido, além da Mão de Obra impactada pela majoração dos salários em 4,48% , por orientação do SIMDMETAL, ocorrida em Janeiro de 2020.

Os preços do setor caracterizam-se por variações graduais ao longo do tempo, devido, primordialmente, aos seguintes fatores: (i) variações no custo do produto vendido - matéria prima - mão de obra e energia elétrica; e (II) aumento ou redução na demanda por produtos de maior valor agregado por conta do crescimento, grau de confiança na política econômica, oferta de crédito ou ainda em função da capacidade de endividamento da população economicamente ativa.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, não houve variações relevantes das receitas atribuídas a preços, taxa de câmbio, inflação e introdução de novos produtos; a variação ocorrida se deu em função da continua retração da atividade relativa ao segmento da construção civil.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 houve impacto significativo da inflação sobre o Custo de insumos, o qual apresentou sua participação sobre a receita líquida de 37,58%, contra 39,47% em 2018. O Câmbio que tem impacto direto nos

custos de insumos com variações atreladas a LME, assim como os Juros , mantiveram um impacto neutro no exercício.

10.3. Os Diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Não relevante

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício do ano de 2019 não houve aquisição ou alienação de participação societária.

c. dos eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Opinião dos Diretores sobre

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações , pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as demonstrações contábeis individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora". As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As práticas contábeis têm sido aplicadas de modo consistente com todos os períodos apresentados em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 não ocorreram efeitos significativos que mereçam destaque.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Nos últimos 3(três) exercícios sociais não constaram ressalvas nos relatórios dos auditores.

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações contábeis, quando aplicáveis, são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo do ajuste a valor presente, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

A Administração entende que não existem indícios de desvalorização relevante dos seus ativos, desta forma não foram efetuados ajustes decorrentes do valor de recuperação dos ativos, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01.

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

I - Apuração do resultado:

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios. A receita de vendas e os respectivos custos são reconhecidos no momento da transferência dos produtos aos compradores, assim como os riscos, direitos e obrigações estes inerentes.

II - Caixa e equivalentes de caixa:

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação no valor de mercado, registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

III - Provisão para perdas em crédito:

A provisão para perdas em crédito foi constituída com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração, para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

IV - Estoques:

Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustado a valor de mercado e eventuais perdas, quando aplicável.

V - Demais ativos circulantes e não circulantes:

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas dos balanços e ajustados, quando aplicável, ao valor de mercado ou realização.

VI - Investimentos:

Compreende o saldo dos empréstimos compulsórios atualizados pela UP-Unidade Padrão de Correção e convertidos em ações da Eletrobrás. Na controlada, compreende também o investimento em sua subsidiária integral Fullmetal Indústria e Comércio S.A., ajustado periodicamente pelo valor correspondente aos resultados líquidos desta, tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional. O investimento da empresa controlada foi eliminado em contrapartida ao patrimônio líquido da controladora.

VII - Imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso), se aplicável. A depreciação ou amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos ativos.

VIII - Imposto de renda e contribuição social:

Calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação específica vigente.

IX - Empréstimos e financiamentos:

Os financiamentos com garantias fiduciárias e reais, todos expressos em moeda nacional e atualizados conforme os contratos, principalmente com base na Taxa Referencial e juros de 1% (um por cento) ao mês.

X - Provisão para contingências:

É atualizada até as datas dos balanços pelo montante provável de perda, sendo observada a natureza de cada contingência, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

XI - Demais Passivos circulantes e não circulantes:

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas dos balanços.

XII - Receitas e despesas financeiras:

O resultado financeiro inclui, basicamente, juros sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, juros a receber sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas, que são reconhecidos nos resultados dos exercícios pelo regime de competência e pela repactuação de passivo junto a instituições financeiras.

XIII - Lucro (Prejuízo) por ação:

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos. ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos. iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços. iv. contratos de construção não terminada. v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

b) natureza e o propósito da operação.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os investimentos realizados no exercício encerrado em 31/12/2019, na ordem de R\$ 1.366.624 (Um milhão trezentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais), foram destinados, na quase totalidade, na recuperação e modernização de máquinas e equipamentos e no desenvolvimento de novos produtos.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia seus projetos de investimento com geração própria de caixa.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não teve desinvestimentos nos últimos exercícios sociais, bem como, não tem previsão para tal em 2019.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Até o momento, inexistem previsões relevantes de investimentos para o aumento da capacidade de produção; as instalações atuais ainda são capazes de suportar a necessidade de produção esperada para os próximos anos.

c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já divulgados; iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

No limite da capacidade de investimento desenvolvemos constantemente atualizações dos atuais produtos e até novos modelos complementares como parte de renovação e melhoria do portfólio, sempre considerando a força de vendas, pontos de vendas e formas de distribuição, não havendo no momento investimentos relevantes e consideráveis.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que possam influenciar de forma relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

ANEXO II

ARTIGO 9º, §1º, II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício conforme Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O Resultado Consolidado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31/12/2019, foi na ordem R\$ 2.504.245 (Dois milhões quinhentos e quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais), que se soma ao prejuízo acumulado e ao patrimônio líquido negativo.

A Administração da Companhia submete à Assembleia, recomendando a sua aprovação, nos termos do parágrafo único do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 que o resultado do exercício deva ser, necessariamente, absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nesta ordem, se existentes.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Em 2019 a Companhia não declarou dividendos e nem juros sobre capital próprio.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Em 2019 a Companhia não distribuiu lucro líquido do exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não foi distribuído dividendo em exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Em 2019 a Companhia não distribuiu lucro líquido do exercício.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos anteriores.

Em 2019 não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (Três) exercícios anteriores.

	2019	2018	2017	2016
Lucro/Prejuízo líquido em R\$	2.504.245	4.796.689	- (1.405.676)	3.270.468

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (Três) exercícios anteriores.

Não houve distribuição de dividendo e juros sobre capital próprio nos três últimos exercícios anteriores.

Item 8 a 16, não aplicável a Companhia.

ANEXO III

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

É proposta a fixação da verba global mensal destinada à remuneração dos administradores da Companhia de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), a ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, observado o disposto na legislação em vigor e no Estatuto Social, corrigida anualmente no mínimo pelo reajuste da categoria e acrescida quando aplicável, do pagamento de despesas de INSS, FGTS, férias, 13º e participação nos resultados.

O montante proposto considera as responsabilidades dos administradores, o acúmulo de funções, o tempo dedicado, a competência, a reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado.

O montante proposto refere-se à verba máxima total a ser despendida pela Companhia com a remuneração de seus administradores.

INFORMAÇÕES DO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e não Estatutária, Conselho Fiscal e Comitês, abordando os seguintes aspectos.

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de profissionais, por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos administradores é calculada na forma da lei e adequada ao porte da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração é composta por honorários fixos mensais para o Conselho de Administração e salário mensais para a Diretoria estatutária no limite da verba global aprovada.

O objetivo da remuneração estabelecida é compensar adequadamente a competência e a responsabilidade alinhada aos interesses e disponibilidade da Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Não se aplica

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Por se tratar de Diretores empregados seus salários são reajustados com base nas respectivas convenções coletivas e na evolução da verba global aprovada assim como os membros do Conselho de Administração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A razão para composição da remuneração é em função da situação e disponibilidade da Companhia e o vínculo dos executivos, grau de responsabilidade e atribuições.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não se aplica.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não se aplica.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do emissor

Não estabelecida

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. Órgão

b. Número de membros

c. Remuneração segregada em:

I) Remuneração fixa anual, segregada em:

- Salário ou pró-balore
- Benefícios diretos e indiretos
- Remuneração por participação em comitês
- Outros

II) Remuneração variável, segregada em:

- Bônus
- Participação nos resultados
- Remuneração por participação em reuniões
- Comissões
- Outros

III) Benefícios pós-emprego

IV) Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo

V) Remuneração baseada em ações

d. Valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

e. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores de Remuneração reconhecidos no exercício social de 2017, 2018 e 2019 referentes ao Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

ANO 2017	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	128.143	745.191
- Honorários / Pró Labore	106.786	626.211
- Encargos Sociais	21.357	118.980
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

ANO 2018	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	138.932,36	735.421,51
- Honorários / Pró Labore	128.795,20	623.473,95
Encargos Sociais	10.137,16	111.947,56
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

ANO 2019	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	167.760,00	808.354,00
- Honorários / Pró Labore	139.800,00	603.790,00
- Encargos Sociais	27.960,00	204.564,00
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

Valores de Remuneração previstos para o exercício social de 2020 referentes ao Conselho de Administração e Diretoria Estatutária:

ANO 2020	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Remuneração Fixa Anual	185.850,00	1.242.163,75
- Honorários / Pró Labore	154.875,00	853.125,00
- Encargos Sociais	30.975,00	289.038,75
- Benefícios Diretos e indiretos	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Remuneração variável Anual	NA	NA
- Bônus	NA	NA
- Encargos Sociais	NA	NA
- Participação nos Resultados	NA	NA
- Remuneração participação em comitês	NA	NA
- Outros	NA	NA
Benefícios Pós Emprego	NA	NA
Benefícios Motivados cessação do cargo	NA	NA
Remuneração baseada em ações	NA	NA
TOTAL (R\$)		

NA - Não aplicável

13.3. Remuneração Variável dos 3 últimos exercícios sociais e remuneração prevista para o exercício corrente do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Não aplicado remuneração variável nos três últimos exercícios. A verba global proposta para o exercício de 2020 é de R\$ 84.000,00, mensais, acrescida de encargos.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente.

a. Termos e condições gerais:

Não aplicável

b. Principais objetivos do plano:

Não aplicável

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Não aplicável

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:

Não aplicável

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo:

Não aplicável

f. Número máximo de ações abrangidas:

Não aplicável

g. Número máximo de opções a serem outorgadas:

Não aplicável

h. Condições de aquisição de ações:

Não aplicável

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

Não aplicável

j. Critérios para fixação do prazo de exercício:

Não aplicável

k. Forma de liquidação:

Não aplicável

L. restrição à transferência das ações:

Não aplicável

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

Não aplicável

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

Não aplicável

13.5. Quantidade de Ações ou cotas detidas, direta ou indiretamente, no Brasil ou no exterior, e outros valores

mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos e indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em atendimento a Lei nº 6.404/76, os membros do Conselho de Administração possuem as seguintes quantidades e espécies de ações emitidas pela Companhia:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
MEMBROS	ON	PN
JOSÉ LUIZ ABICALIL	–	296
ANTONIO RANHA DA SILVA	300	–
GUSTAVO ADOLFO TRAUB	1	7000
BRAULIO REZENDE FILHO	100	
NEY COELHO RODRIGUES	100	–

Os Membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários não possuem ações da sociedade controlada “subsidiária Integral”.

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia não possui remuneração baseada em ações, quer para o Conselho de Administração, quer para a Diretoria Executiva.

13.7. Opções em aberto do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social.

Não aplicável.

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais.

Não aplicável.

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo: a. modelo de precificação; b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação; c. modelo utilizado; d. forma de determinação da volatilidade esperada; e. se outras características da opção foi incorporada na mensuração do valor justo.

Não aplicável.

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, a diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. Órgão
- b. Número de membros
- c. Valor da maior remuneração individual
- d. Valor da menor remuneração individual
- e. Valor médio de remuneração individual

Remuneração relativa aos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019, do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária sem Encargos:

ANO 2017	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual/ano	27.960	411.497
Valor da menor remuneração individual/ano	11.722	214.714
Valor médio de remuneração individual/ano	21.357	313.105

ANO 2018	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual/ano	27.960	408.348
Valor da menor remuneração individual/ano	22.547	215.125
Valor médio de remuneração individual/ano	25.759	311.737

ANO 2019	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Número de membros	5	2
Valor da maior remuneração individual/ano	27.960	397.565
Valor da menor remuneração individual/ano	27.960	206.225
Valor médio de remuneração individual/ano	27.960	301.895

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

Não há arranjos contratuais, para os administradores empregados. Eventual indenização será com base na legislação vigente a época, bem como estabelecido em acordo coletivo da categoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Não aplicável.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve qualquer outra remuneração que não da função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável, a Companhia não remunera membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária de sociedades controladas diretas ou indiretas.

13.16 **Outras Informações Relevantes.**

Não existem outras informações relevantes.